



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ACTA NÚMERO 69/XI/ 2.ª SL

Aos 02 dias do mês de Março de 2011, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1 - Apreciação e votação do Parecer elaborados na CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:
  - Proposta de Decisão do Conselho, que autoriza uma cooperação reforçada no domínio da criação da protecção de patente unitária [COM(2010)790] com Relatório da 6.ª Comissão e da 2.ª Comissão;
- 2 - Outros Assuntos.

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Vitalino Canas (PS), iniciou a reunião, dando a palavra ao Sr. Deputado António Gameiro (PS) para apresentação do Parecer.

O Sr. Presidente, antes de dar a palavra a outros membros da Comissão, sugeriu que fosse introduzida no parecer uma referência à realização da audiência à Associação Portuguesa dos Consultores em Propriedade Industrial, ao Projecto de Resolução do CDS-PP debatido na Comissão no dia anterior e a existência de Relatórios das 2ª e 6ª Comissões sobre a iniciativa.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) começou por cumprimentar o autor do parecer pela qualidade do mesmo e considerou que esta iniciativa é muito importante no âmbito do mercado interno. Referiu ainda que embora a discussão se tenha centrado na questão linguística, não deve ser esquecido que se trata de uma cooperação reforçada, que deveria ser um regime excepcional e utilizado com muito cuidado. Contudo a forma como este processo foi conduzido não é certamente a melhor, dado que ele só foi desencadeado porque houve um bloqueio no Conselho.

Relativamente a esta situação específica, atendendo a que existe um consenso generalizado, que existe um acordo internacional enquadrador e que 24 Estados-Membros irão entrar, concorda com a iniciativa.

Por último, partilhou com os demais as suas dúvidas sobre as vantagens de entregar uma patente em português e sugeriu que seja acrescentado um número ao parecer que refira que o processo não deveria ter sido feito desta forma.

A Sra. Deputada Cecília Honório (BE) saudou a convicção do Sr. Deputado Autor do parecer, mas reiterou a questão linguística e referiu que se trata não de uma cooperação reforçada, mas sim de uma cooperação forçada. Referiu ainda que ficava por esclarecer qual a posição do Governo português sobre esta matéria, dado que lamentavelmente não a deu a conhecer ao parlamento. Questionou ainda o Sr. Deputado Autor do parecer sobre a referência por este efectuada a uma eventual cláusula de salvaguarda que existirá para os Estados-Membros não se sentirem pressionados a participar nesta cooperação.

O Sr. Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP) reiterou que se trata de uma excepção ao artigo 118.º e que não deveria ser tratada em sede de cooperação reforçada. Do mesmo modo, referiu que se mantém válidos os argumentos apresentados aquando da discussão do Projecto de Resolução sobre esta matéria e que, por último, o CDS-PP continua a ter as maiores reservas nesta matéria.

A Sra. Deputada Maria de Belém Roseira (PS) começou por saudar que esta iniciativa tivesse sido objecto de um escrutínio transversal a diversas Comissões e que teve conhecimento na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, que se pronunciou. Começou por demonstrar acordo com a intervenção do Sr. Deputado Carlos Costa Neves no que diz respeito à condução deste processo. Contudo, no que diz respeito especificamente à solução encontrada, considerou que o processo de deslocalização de empresas só pode ser travado por uma economia de inovação. Assim as línguas, no que às patentes diz respeito, têm constituído um entrave ao desenvolvimento económico, o que se traduz no facto da EU ter registado menos patentes que a Coreia do Sul no último ano. De facto, na EU é mais difícil e mais caro registar uma patente.

Dito isto, referiu que o português é uma língua estratégica em termos culturais, mas enfatizou que o que está em discussão é a economia, na qual em algumas áreas o inglês é a única língua de trabalho (aproveitou para referir que o francês e o alemão surgem nesta iniciativa porque são os 2 países que mais patentes registam). Acrescentou ainda que em áreas como a saúde, todas as *guidelines* são escritas em inglês e não são traduzidas para evitar deformações na tradução.

Referiu ainda ser fundamental não perder o comboio da inovação e garantir a articulação entre empresas e instituições universitárias, reforçando a ideia de que nos “nichos” de excelência a língua de trabalho é o inglês.

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) considerou que o Governo deve ponderar a questão da cooperação reforçada e esta só deveria ocorrer em situações excepcionais, à semelhança do que ocorreu antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, onde este procedimento foi apenas utilizado para Schengen e para o Euro. Alertou ainda para a generalização desta prática como forma de resposta a impasses no Conselho e recordou que Portugal se opôs muitas vezes a situações de cooperação reforçada intentadas no passado. De facto, casos como este devem ser escrutinados profundamente, designadamente porque dizem respeito aos valores da EU, pois entre eles conta-se o respeito pelo multilinguismo e a atribuição de valor idêntico a todas as línguas oficiais.

O Sr. Deputado José Ferreira Gomes (PSD) referiu que para lá da língua, há um aspecto relevante que é a defesa da patente após registo e que este aspecto encarece o processo muito mais que a mera tradução. O facto de serem três línguas suscita um problema de tradução entre elas e alarga o espaço de protecção tradicional para o francês e alemão. Concluiu referindo que existe uma vantagem duvidosa para Portugal na adopção de três línguas, pois no seu entender deveria apenas funcionar com o inglês. Contudo, é preciso de ter cautela pois o importante é assegurar que as nossas empresas (mais pequenas e mais fracas) possam defender a patente e esse é o cerne da questão.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) solicitou a palavra para demonstrar concordância com a opinião expressa pelo Sr. Deputado Alberto Costa.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) começou por cumprimentar a Sra. Deputada Maria de Belém Roseira, referindo que a questão da língua não pode ser desprezada nem minorada, independentemente, das mais valias económicas do regime linguístico adoptado na iniciativa em apreço. Concluiu concordando com o Sr. Deputado Alberto Costa e sugerindo que as ideias por ele transmitidas fossem incluídas em ponto autónomo no Parecer.

O Sr. Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP) com o objectivo de concordar com o referido pelo Sr. Deputado Alberto Costa, referiu que se todos os socialistas pensassem sobre os assuntos europeus como o Sr. Deputado, então ele próprio deveria ser socialista. No entanto, não deixou de referir que não está apenas em debate a opção pela cooperação reforçada, está sim em causa a utilização deste

procedimento para estabelecer um regime linguístico que não acolhe o português. Referiu que Portugal aprova cerca de 100 patentes por ano, enquanto a EU aprova 100.000 por ano, mas isso não significa que essas 100 patentes não tenham o direito de ser registadas em português. E acrescentou que nem sempre uma inovação carece de registo de patente, dando para tal o exemplo da Nespresso.

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus tomou então a palavra para tentar sintetizar as ideias expressas no sentido de ser introduzido um parágrafo que incluía as dúvidas manifestadas sobre a cooperação reforçada, bem como o seu carácter excepcional. Do mesmo modo, deve ser referida que esta situação em que a língua portuguesa e outras são afastadas deve ter um carácter totalmente excepcional. Por último deve ser acentuada a ideia que a EU não deve ir atrás de acordos internacionais celebrados fora do seu âmbito, ainda que com a participação da maioria dos seus Estados-Membros, mas que deve sim assumir a liderança desses processos.

A título pessoal, o Sr. Presidente demonstrou apreço pela iniciativa do CDS-PP em relação ao aspecto linguístico, mas frisou que não pode acompanhar o tom utilizado pelo Sr. Deputado Ribeiro e Castro, nem o tom de crítica ao Governo adoptado.

O Sr. Deputado António Gameiro (PS) começou por referir que apenas por lapso não foram feitas as referências à audiência, ao Projecto de Resolução e aos Relatórios da Comissões, o que seria suprido. Relativamente às outras sugestões efectuadas, acolheu-as, sugerindo que as mesmas constassem de um novo ponto 10 na Parte II do parecer. No que diz respeito aos comentários efectuados sobre o processo de cooperação reforçada, referiu que este se encontra muito bem justificado, mas que existe uma aceleração nítida do prazo. No que diz respeito à questão levantada pela Sra. Deputada Cecília Honório, refere que a salvaguarda consta da introdução da iniciativa.

O Sr. Presidente submeteu então a votação o parecer, com as alterações sugeridas, o qual foi aprovado pelos votos a favor do PS e PSD e os votos contra do CDS-PP, BE e PCP.

No ponto dois da Ordem do Dia, o Sr. Presidente informou que no dia seguinte a Mesa e Coordenadores iriam conceder uma audiência ao Sr. Ministro de Estado e responsável pela negociação da adesão da Turquia à UE, Egemen BAĞIŞ. Aproveitou ainda para informar que no próximo dia 4 de Março (sexta-feira) se iria realizar, pelas 9h00, a audição com o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, prévia ao Conselho Europeu extraordinário de dia 11 de Março. Atendendo a que no dia 9 de Março toma posse S. Exa. o Presidente da República,

o Sr. Presidente da Comissão colocou á consideração dos presentes, a Comissão e Assuntos Europeus não reunir nesse dia, mas antecipar a aprovação dos pareceres, que deveram ser apreciados nessa semana, para a próxima sexta-feira. Não tendo sido manifestada qualquer objecção, o Sr. Presidente solicitou aos Srs. Deputados Autores de Pareceres, que os apresentassem na reunião de 4 de Março.

A reunião foi encerrada às 12:30 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 Março 2011.

**O PRESIDENTE**

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Vitalino Canas', with a long horizontal flourish extending to the right.

**(VITALINO CANAS)**

## **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa  
Ana Couto  
António Gameiro  
Carlos Costa Neves  
Carlos São Martinho  
Cecília Honório  
Honório Novo  
João Serpa Oliva  
José de Bianchi  
José Ferreira Gomes  
José Ribeiro  
Luís Pedro Pimentel  
Luís Rodrigues  
Paulo Pisco  
Pedro Brandão Rodrigues  
Vânia Jesus  
Vitalino Canas  
Maria de Belém Roseira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
Arménio Santos  
Sérgio Sousa Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Duarte